



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7947

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Modifica e Revoga Leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 15/05/2012

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 79/2012. Altera a Lei Municipal nº 4.015, de 18/11/2008, que dispõe sobre a concessão de direito real de uso de terreno do Município, localizado no Distrito Industrial, à empresa BIO-LIFE Indústria e Comércio Ltda, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.517, de 12/06/2012).

Controle Interno – Caixa: 16.5

Posição: 06

Número de folhas: 10

Espécie: PL
Categoria: Modifica
Cl: 16.5
Ordem: 06
nº fls: 08



nº 44/2012

05.06.2012

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 79/2012.

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera a Lei Municipal nº 4.015, de 18 de novembro de 2008 e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em 15/05/2012
Comissão Legislação e Justiça.

- 1 -
- 2 - APROVADO EM 1ª EM. 29.05.2012
- 3 - APROVADO EM 2ª EM. 31.05.2012
- 4 - APROVADO EM 3ª EM. 05.06.2012
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Procuradoria Jurídica

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

ÀS COMISSÕES
15/05/2012

PROJETO DE LEI Nº **79**
DE 07 DE MAIO DE 2012.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 4.015, DE 18 DE
NOVEMBRO DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições legais, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – O art. 5º, da Lei Municipal nº 4.015, de 18 de novembro de 2008, passa a vigorar a seguinte redação:

“Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer Concessão de Direito Real de Uso de terreno da quadra 13, localizado no loteamento Cidade Industrial – Montes Claros - MG, com área total de 4.380,00 m² (quatro mil, trezentos e oitenta metros quadrados), à empresa BIO-LIFE Indústria e Comércio Ltda., com a seguinte descrição: “encontra-se pela frente com a Rua 06 na distância de 57,20m; pelo lado direito limita-se com Lote 03 pela distância de 90,76m; pelo fundo limita-se com a Área Verde na distância de 45,45m; pelo lado esquerdo limita-se com o Lote 01 na distância de 81,06m”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 07 de maio de 2012.

Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 15 DE MAIO DE 2012
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 29 DE MAIO DE 2012
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
EM 31 DE MAIO DE 2012
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR
EM 05 DE JUNHO DE 2012
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Procuradoria Jurídica

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), 07 de maio de 2012.

Exmo. Sr.
Vereador Valcir Soares Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 664/2012
Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que *“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 4.015, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”*

O presente projeto visa a modificação do art.5º da lei nº 4.015, de 18 de novembro de 2008, que *“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO BEM PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”*

A empresa BIO - LIFE Industria e Comércio de Cosméticos Ltda, recebeu do Município a cessão de direito real de uso, por meio da referida Lei, dos lotes 1 e 2 da quadra 12 no loteamento Cidade Industrial, com área de 2.190,00m² cada um, totalizando uma área de 4.380,00m².

Para atender interesse do Município, foi proposta e aceita a permuta por outra área, no caso um lote na quadra 13 do mesmo loteamento.

Em razão da urgente necessidade de realizar de tal repasse, solicitamos que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



Thaironny Nunes Alves
Thaironny Nunes Alves
 TÉCNICO EM AGRIMENSURA
 CREA-MG 126908/TD

PREFEITURA DE MONTES CLAROS
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
 SEPLAN



SEÇÃO DE TOPOGRAFIA E INFORMAÇÕES TERRITORIAIS

CONTÉM.

Remanejamento de Área Pública

Proprietário: Município de Montes Claros

Lotes 2, 3 da Quadra 13 - Loteamento Cidade Industrial

Lote 02 - 4.380,00m²

Lote 03 - 2.332,00m²

Montes Claros - MG

Escala: 1:2000

Agosto/2011

MEMORIAL DESCRITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS

IDENTIFICAÇÃO : Lotes 02 e 03 da Quadra 13 – Loteamento Cidade Industrial / Montes Claros MG

ÁREA TOTAL : Lote 02 – 4.380m² / Lote 03 – 2.332,00m²

PROPRIETÁRIO : Prefeitura Municipal de Montes Claros

FINALIDADE : Remanejamento de Área Pública

DESCRIÇÃO

Lote 02: Encontra-se pela frente com a Rua 06 na distância de **57,20m**; pelo lado direito limita-se com Lote 03 pela distância de **90,76m**; pelo fundo limita-se com a Área Verde na distância de **45,45m**; pelo lado esquerdo limita-se com o Lote 01 na distância de **81,06m**.

Lote 03: Encontra-se pela frente com a Rua 06 na distância de **27,55m**; pelo lado direito limita-se com o Lote 04 na distância de **94,08m**; pelos fundos limita-se com a Área Verde pela distância de **21,94m**; pelo lado esquerdo limita-se com o Lote 02 na distância de **90,76m**.


Thairany Nunes Alves
TÉCNICO EM AGRIMENSURA
SETOR DE TOPOGRAFIA

Montes Claros, 31 de agosto de 2011.

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - MG.

PROCURADORIA GERAL

LEI Nº 4.015, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2.008.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO BEM PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso do bem público municipal que especifica e dá outras providências.

Art. 2º - A Concessão de que trata esta lei será realizada gratuitamente à empresa BIO - LIFE Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., destinando-se a mesma à ampliação de sua unidade de produção.

Art. 3º - A entidade concessionária responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários, que venha a incidir sobre o imóvel e sua renda.

Art. 4º - A concessão de direito real de uso de que trata esta Lei dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos.

Parágrafo único - O prazo de que trata o *caput* deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, atendido o interesse público.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer Concessão de Direito Real de Uso dos Lotes 01 e 02 da quadra 12, localizados no loteamento CDI - Montes Claros/MG, com área total de 4.380,00 m² (quatro mil, trezentos e oitenta metros quadrados), à empresa BIO-LIFE Indústria e Comércio Ltda., com a seguinte descrição:

"Partindo do alinhamento da Avenida "B" e o alinhamento da Rua 06, segue pelo alinhamento da dita Avenida "B" a uma distância de 160,00m, ponto onde se inicia a descrição; deste, deflete a esquerda e segue limitando com lote de número 3 a uma distância de 73,00m; deste, deflete a direita e segue pelo alinhamento da faixa de saneamento de nº 07 a uma distância de

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - MG.

PROCURADORIA GERAL

60,00m; deste, deflete a direita e segue a uma distância de 73,00m; deste, deflete a direita e segue pelo alinhamento da Avenida "B" numa distância de 60,00m até o ponto onde iniciou esta descrição".

Art. 6º - Resolve-se a concessão antes de seu termo se a concessionária der ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou descumprir cláusula resolutória do ajuste, perdendo as benfeitorias que houver feito no imóvel.

Art. 7º - O Município providenciará a elaboração do contrato de concessão de direito real de uso que regerá a presente concessão.

Parágrafo único - Fica a concessionária incumbida de providenciar o respectivo registro imobiliário do contrato a que se refere o *caput* no prazo de 90 (noventa) dias de sua assinatura, sob pena de caducidade da concessão.

Art. 8º - Fica dispensada a concorrência de que trata o art. 111, §1º da Lei Orgânica Municipal nos termos do seu art. 107, § 1º.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 18 de novembro de 2.008.

Athos Avelino Pereira

Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 79/2012 QUE “ Altera a Lei Municipal nº 4.015 de 18 de novembro de 2008 e dá outras providências.”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento altera a Lei 4.015/08.

A Lei em 4.015/08, bem como a alteração pretendida, tratam de questões de interesse local, sendo que o que se pretende alterar é o local da áreas, sendo preservada o mesmo tamanho e ainda, na mesma área.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto, no seu objetivo ou em sua iniciativa.

Em face ao exposto, somos de parecer que o Projeto de Lei é legal e constitucional, e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 16 de maio de 2012.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 79/2012

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Altera a Lei Municipal nº 4.015, de 18 de novembro de 2008 e dá outras providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 15/05/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/05/2012.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar a Lei Municipal nº 4.015, de 18 de novembro de 2008.

A Lei Municipal a ser alterada versa sobre concessão de Direito Real de Uso de bem público Municipal para a Empresa Bio-Life Indústria e Comércio LTDA.

Nos termos da Mensagem do Executivo a empresa Bio-Life Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda, recebeu do Município a cessão de direito real de uso, por meio da referida Lei, dos lotes 1 e 2 da quadra 12 do loteamento Cidade Industrial, com área de 2.19,00m2 cada um, totalizando uma área de 4.380,00m2.

O que se pretende com a alteração, portanto, é regularizar permuta feita com outra área, no caso, um lote na quadra 13 do mesmo loteamento.

Como a Lei nº 4.015/08, bem como a alteração pretendida, tratam de questões de interesse local, esta Comissão verifica que o presente projeto não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do Exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2012.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá: A. Silveira

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluke Mota: Athos Mameluke Mota

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus Cláudio Rodrigues de Jesus